

## NOTA DE APRESENTAÇÃO

As migrações têm desempenhado um papel fundamental na história da Humanidade, sendo um motor de transformação política, social e cultural. Desde os primeiros movimentos de populações humanas fora de África até aos fluxos migratórios contemporâneos, a história das migrações é indissociável do desenvolvimento de civilizações e sociedades. Ao longo do tempo, as migrações moldaram territórios, criaram novas fronteiras e estimularam a troca de ideias, culturas e tecnologias, impulsionando a formação de novas identidades. As grandes civilizações antigas – como a mesopotâmica, a egípcia, a grega ou a romana, por exemplo – expandiram-se e floresceram, em parte, devido ao contacto e intercâmbio com povos migrantes, que trouxeram consigo novas práticas agrícolas, inovações tecnológicas e conhecimentos que contribuíram para o progresso dessas sociedades. Por outro lado, o acesso a novas rotas comerciais facilitou a circulação de pessoas e saberes, ampliando os horizontes culturais e socioeconómicos de regiões distantes.

No entanto, as migrações nem sempre são voluntárias, pacíficas ou vistas como uma oportunidade. Guerras, perseguições, crises económicas e mudanças climáticas forçaram milhões de pessoas a deslocarem-se ao longo da história, resultando em transformações profundas tanto nas sociedades de origem como de acolhimento, mas também na geração de novas formas de resistência e de hibridismo identitário.

Atualmente, as migrações continuam a estar no centro das agendas de política nacional e internacional. A procura por melhores condições de vida, segurança ou liberdade política continua a motivar fluxos

migratórios que reconfiguram fronteiras, alteram demografias, suscitam o intercâmbio de ideias e contribuem para um muito necessário debate sobre identidade e integração.

As migrações continuam a ser, como o foram ao longo da história da Humanidade, um fenômeno estrutural e multidimensional que procura responder a um conjunto muito imbricado de desafios. No entanto, se podemos ver nas migrações uma forma de garantir a resolução de problemas individuais e sociais – como, por exemplo, crises demográficas e escassez de população em idade ativa que possa contribuir para o progresso social e dinamismo econômico das sociedades de acolhimento –, nos últimos anos tem proliferado, sobretudo no chamado Norte Global, um discurso que apresenta as migrações e os migrantes como uma ameaça a um certo estilo de vida, matriz cultural e modo de existência. Neste sentido, as migrações são, paradoxalmente, uma oportunidade e uma ameaça existencial, destacando a importância de serem analisadas também a partir dos discursos e práticas mobilizados para responder a este fenômeno.

As migrações assumem-se, assim, como um fenômeno estrutural que perpassa todos os tempos históricos e se mantém nas sociedades contemporâneas, marcadas pela intensificação da mobilidade humana e pelo crescimento de desigualdades em diferentes sectores e níveis, incluindo o nacional, o regional e o global. Isto traduz-se numa centralidade incontornável das migrações e das deslocamentos humanos nos planos político, social e epistémico, exigindo a convocatória de um debate informado que agregue diferentes áreas do saber num conhecimento mais aprofundado e numa análise crítica consolidada sobre estes fenômenos.

Os artigos que integram este dossiê temático contribuem para estes objetivos, ao proporcionarem uma reflexão abrangente e multidisciplinar, abrindo um muito necessário espaço para a discussão de diferentes dimensões associadas às migrações e aos migrantes. As abordagens heterogêneas e intervaladas no tempo e espaço histórico reunidas neste dossiê temático permitem a análise fundamentada dos fatores estruturais que estão na origem das migrações e deslocamentos humanos, com destaque para dinâmicas de conflitualidade, manifestações de intolerância e exclusão, bem como para desigualdades econômicas, sociais e culturais variadas. Esta análise abrangente é ainda acompanhada da problematização dos enquadramentos históricos, políticos e institucionais em que estas migrações ocorrem, favorecendo uma compreensão

aprofundada deste fenómeno, mas também da forma como políticas nacionais e práticas internacionais dão resposta à difícil articulação entre a necessidade de resolução de problemas de segurança e o imperativo de respeito pelo direito internacional, proteção de direitos humanos e integração dos migrantes.

O dossiê temático inicia-se com o contributo de Edite Martins Alberto e Diogo Reis Pereira, que analisam o fenómeno do cativo e do resgate de prisioneiros no espaço luso-magrebino entre os séculos XVI e XVIII, entendendo-o como uma forma específica de mobilidade forçada que articulava os litorais cristãos ibéricos e os portos corsários do Magrebe. Através de uma abordagem histórica, baseada na análise de dinâmicas de fronteira, práticas de corso e estruturas institucionais, o estudo propõe interpretar o cativo como um fenómeno migratório coercivo, distinto da escravidão, ajudando a compreender as interações luso-magrebina na Época Moderna.

O artigo de Nuno Miranda explora o papel de Cai Yuanpei na mobilização intelectual transnacional da comunidade chinesa em França no início do século XX, destacando de que modo a sua visão e liderança contribuíram para a formação de redes educacionais e culturais que ligaram a China à Europa. O artigo insere a análise no contexto mais amplo da migração chinesa, da modernização e dos movimentos de reforma, enfatizando a interação dinâmica entre a agência individual e a identidade coletiva num cenário internacional, contribuindo assim para a compreensão das complexidades do intercâmbio cultural, da identidade da diáspora e da história intelectual.

Pedro Miguel Gon aborda um período pouco explorado da vida da poetisa chilena Gabriela Mistral, centrando-se na sua passagem por Portugal entre 1935 e 1937, no contexto da chamada «Embaixada Cultural de 1935». Contrariando a visão tradicional que tende a desvalorizar esta etapa, o estudo evidencia a sua relevância, destacando o impacto profundo que teve na vida pessoal e profissional da autora. Entre os aspetos mais significativos, sublinha-se o encontro espiritual com Miguel de Unamuno, o fortalecimento da sua carreira diplomática e a sua passagem por Coimbra e pela sua Universidade.

No artigo de Alberto Pena-Rodríguez e Heloísa Paulo, analisa-se a ação dos exilados portugueses nos Estados Unidos da América no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, momento em que a vitória dos Aliados alimentou a expectativa do fim da ditadura salazarista

e do regresso à democracia em Portugal. É de particular importância o estudo das principais iniciativas de propaganda e de mobilização desenvolvidas por esses exilados, com o objetivo de divulgar, fortalecer e legitimar a sua causa junto das comunidades de emigrantes portugueses na América.

Cláudia Castelo segue uma linha de análise que explora a relação entre migrações e colonialismo no contexto do império português no século XX, evidenciando dimensões ainda pouco estudadas dessa articulação. Para tal, analisa as práticas discursivas e as políticas imperiais relativas à mobilidade colonial, bem como as formas da sua apropriação por sujeitos colonizados. A partir do estudo de caso de um cabo-verdiano que, na década de 1940, procurou obter apoio oficial para a instalação de famílias de Cabo Verde em Angola, o artigo evidencia as limitações estruturais impostas pelo sistema colonial.

Recentrando a discussão na contemporaneidade, Sara Báez Forni e Susana de Sousa Ferreira analisam a rota atlântica como um espaço marcado por resistências e pela necropolítica. Este espaço, que desempenha a dupla função de fronteira marítima e entrada de acesso à União Europeia (UE), é lido numa lógica de controlo e contenção dos fluxos migratórios originários do Sul Global, que é transversal à arquitetura mais ampla de governação da gestão das migrações da UE. A partir de uma revisão da bibliografia com enfoque aplicado, as autoras demonstram que esta lógica se tem traduzido em práticas que resultam no aumento de mortes e desaparecimentos no mar, que não podem ser plenamente entendidas sem a mobilização do racional colonial e racial em que as mesmas estão ancoradas. Este racional permite compreender como a gestão das migrações na rota atlântica resulta em decisões sobre quem tem o direito de viver e de morrer. Contudo, este processo não é unidirecional e as autoras destacam como tem gerado diferentes formas de resistência por parte dos próprios migrantes sujeitos à necropolítica, das suas comunidades de origem e de organizações de apoio e denúncia em matérias relacionadas com a migração, das quais emergem práticas coletivas que contestam os significados da mobilidade, vida e dignidade humanas em contextos de violência estrutural.

As políticas de asilo na Península Ibérica merecem também atenção neste dossiê temático. A este respeito, Natacha Rodrigues apresenta e discute os resultados de uma análise comparada das práticas de gestão do asilo em Portugal e em Espanha, entre 2008 e 2024. Ao problematizar

a forma como as dinâmicas de europeização e externalização foram internalizadas nestes dois estudos de caso contrastantes, a autora argumenta que, apesar dos esforços encetados pela UE para promover a harmonização normativa no âmbito das políticas de asilo dos seus Estados-membros, na prática, a diversidade nacional tem persistido e levado a diferentes posições. Estas resultam de diferentes contextos geográficos, pressões migratórias e capacidades institucionais dos Estados-membros, que expõem as fragilidades estruturais do Sistema Europeu Comum de Asilo. Com efeito, o estudo demonstra que, apesar da partilha da condição de Estados-membros da UE, Portugal e Espanha tiveram respostas diferentes à gestão do asilo. Em Portugal, território pouco afetado pelos fluxos migratórios sul-norte comparativamente com outros Estados-membros da UE, a europeização foi rápida e, essencialmente, formal, mas a consolidação administrativa foi limitada e a externalização assumiu uma intensidade baixa. Por oposição, em Espanha, onde se enfrentou uma maior pressão migratória, a abordagem adotada foi mais securitizada e operacional, denotando-se a preferência por estratégias robustas de externalização. Ao evidenciar estas dinâmicas, o artigo expõe as assimetrias e diferenciais na gestão do asilo da UE, que extravasa os limites geográficos da Península Ibérica.

O artigo de Nádía Teresa dos Santos Loureiro debruça-se sobre o debate parlamentar internacional, a partir da análise da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo e da Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo. A análise qualitativa e comparativa que faz das resoluções e recomendações destas Organizações Parlamentares Internacionais, entre 2010 e 2023, evidencia o papel que as mesmas assumem no debate sobre migrações no espaço mediterrânico e a forma como as questões de segurança, proteção de pessoas e cooperação regional influenciam a sua posição, demonstrando a complexidade e tensão inerentes aos fluxos migratórios no Mediterrâneo. Ao focar-se no estudo destas organizações, o artigo demonstra ainda como a gestão das migrações não se esgota na dimensão estatal, mobilizando um vasto leque de atores, em diferentes níveis do sistema internacional, e com interesses e capacidades de atuação muito distintos, o que dificulta a formulação e implementação de políticas e práticas coerentes e eficazes neste domínio.

Pedro Piedrahita-Bustamante, Carlos Hernán González Parias e Mariana Duque Díez contribuem também para o estudo da gestão das migrações, focando-se nos mecanismos de governação criminosa nas

rotas de trânsito migratório no Darién colombiano. Através de uma abordagem metodológica mista, que combina a análise de processos com a realização de entrevistas, os autores demonstram evidências que permitem identificar uma ordem criminosa da gestão das migrações neste espaço, sustentada por regras explícitas, práticas de extração estandardizadas, prestação de proteção e serviços, coordenação de rotas e legitimidade funcional. A análise destes elementos, na articulação do novo institucionalismo político, da governação e da ordem política criminosa, reforça a conclusão relativa à existência de uma governação criminosa do trânsito migratório no Darién colombiano, que se tem vindo a consolidar como quadro institucional paralelo ao Estado, mas que reproduz as suas funções e se procura legitimar por meios alternativos.

Num contributo de enfoque mais sectorial, Sónia Ferreira adota uma abordagem pós-colonial para analisar a migração na intersecção de dinâmicas de género e na reconfiguração dos papéis familiares em contextos transnacionais. Para o efeito, discute as trajetórias de vida de mulheres cabo-verdianas residentes em Paris, bem como a presença cabo-verdiana em França, de forma mais transversal. As histórias de vida incluídas no seu artigo permitem problematizar a configuração da imigração feminina, o lugar das mulheres migrantes na sociedade cabo-verdiana e o papel da organização familiar e estruturas de parentesco em processos de mobilidade complexos. Ao fazê-lo, contribui para o estudo da migração feminina, que permanece marginal na literatura sobre a temática.

A análise das perceções sobre o tráfico de seres humanos é também objeto de reflexão neste dossiê temático. A este respeito Tomás Chasqueira e Néilson Ramalho apresentam o tráfico humano como um conceito contestado e que tende a ser equiparado ao trabalho sexual, incluindo no âmbito das políticas de combate ao tráfico humano. O trabalho que apresentam aponta para a existência de tensões entre as categorias que se têm institucionalizado por meio destas políticas e as perceções e experiências reais dos profissionais do sexo. Neste contexto, destacam Portugal como um caso diferenciador por não se estabelecer esta equivalência entre tráfico de seres humanos e trabalho sexual, permitindo avaliar se as tensões identificadas persistem em contextos onde não se verifica uma sobreposição das agendas antitráfico e antiprostituição. Esta avaliação é feita com base na análise de uma organização portuguesa de profissionais do sexo e a partir de entrevistas que demonstram que a

mesma adota uma definição de tráfico humano mais estreita que a prevista no direito internacional, aproximando-se das percepções dos próprios profissionais do sexo e permitindo uma resposta política e institucional mais adequada a este fenómeno.

Por fim, Daniela Fátima Dal Pozzo encerra este dossiê temático com um artigo que procura explorar o contexto migratório no Brasil, visando delinear o perfil dos migrantes e dos refugiados que chegam ao país, bem como refletir sobre os desafios inerentes ao ensino de Português como Língua de Acolhimento. Com base no enquadramento teórico sobre os processos migratórios, a autora evidencia a diversidade de origens e perfis destes grupos, concluindo que o ensino de Português como Língua de Acolhimento ultrapassa a dimensão estritamente linguística respondendo, igualmente, a necessidades prementes de ordem social e cultural, o que sublinha a sua relevância enquanto instrumento de integração mais abrangente.

Ao congregar contributos que incidem sobre distintos contextos geográficos, enquadramentos teórico-analíticos e especializações temáticas, o presente dossiê temático não apenas aprofunda o conhecimento científico em torno dos fenómenos migratórios, mas promove igualmente um diálogo académico crítico, informado e plural.

VANDA AMARO DIAS

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Letras  
vandadias@fl.uc.pt

<https://orcid.org/0000-0002-3238-9132>

CAROLINA HENRIQUES PEREIRA

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Faculdade  
de Letras

chpereira@fl.uc.pt

<https://orcid.org/0000-0002-7313-2560>

